

BOLETIM 782

Brasília, 6 de maio de 2019

Construção civil desaba com o agravamento da crise econômica

Mercado informal domina o setor

A coluna "Painel" do jornal Folha de S. Paulo informa que o ano já acabou para a construção civil. O setor não acredita na panaceia da "reforma" da Previdência Social. Quem ainda pode se beneficiar são empresas de material de construção ou escritórios que atuam no início dos projetos — a construção propriamente dita deve colher os frutos só em 2020.

“Há um lapso de tempo entre a tomada de decisão de investimento e o desembolso no canteiro”, diz Eduardo Zaidan, do Sinduscon-SP (sindicato da construção). A estimativa é que o PIB do setor suba 1% a 2%, mas impulsionado pelo mercado informal, não pelas construtoras. Para piorar a situação, os custos estão em alta. A inflação do setor nos últimos 12 meses até abril cresceu 6,59% — só insumos como areia e aço, por exemplo, avançaram mais que 12%.

O financiamento imobiliário ainda respira: o número de imóveis dados como garantia em venda de apartamentos ou casas aumentou 15% nos 12 meses até fevereiro deste ano, segundo a Fipe e a Arisp (associação dos registradores de imóveis). No mesmo período, a quantidade de imóveis retomados por inadimplência caiu 15,5%, o que pode indicar melhora no segmento, segundo a coluna.



O ANO ACABOU PARA O SETOR -

Membros do Sindicato da Construção Civil de São Paulo (Sinduscon-SP) afirmaram que o ano já acabou para o setor. Segundo os mais pessimistas, mesmo que a reforma da Previdência seja aprovada pelo Congresso Nacional, dificilmente o mercado formal de obras crescerá em 2019.

Nesse sentido, as empresas de material de construção ou escritórios que atuam no início dos projetos ainda podem lucrar um pouco até o final deste ano. No entanto, aqueles que trabalham diretamente com a construção propriamente dita só deverão atuar em 2020. Um dos fatores responsáveis por isso são os custos que estão em alta e também a inflação do setor que cresceu 6,59% nos últimos 12 meses até abril.

“Há um lapso de tempo entre a tomada de decisão de investimento e o desembolso no canteiro”, diz Eduardo Zaidan, do Sinduscon-SP (sindicato da construção). A estimativa é que o PIB do setor suba 1% a 2%, mas impulsionado pelo mercado informal, não pelas construtoras.

Fonte: Portal Vermelho

Produção industrial cai 1,3% de fevereiro para março

A produção industrial brasileira recuou 1,3% na passagem de fevereiro para março, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal divulgados nessa sexta (3), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês anterior, a indústria havia crescido 0,6%.

Foram registradas quedas em todos os tipos de comparação temporal: em relação a março do ano passado (-6,1%), média móvel trimestral (-0,5%), acumulado do ano (-2,2%) e acumulado de 12 meses (-0,1%).

Dezesseis das 26 atividades industriais pesquisadas tiveram queda na produção na passagem de fevereiro para março, com destaque para os alimentos, que recuaram 4,9%.

Outros setores que influenciaram a queda de 1,3% da indústria em março, na comparação com fevereiro, foram automotores, reboques e carrocerias (-3,2%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-2,7%), indústrias extrativas (-1,7%) e outros produtos químicos (-3,3%).

Nove segmentos tiveram alta na produção e evitaram uma queda maior da indústria no período, com destaque para produtos farmoquímicos (4,6%).

Entre as quatro grandes categorias econômicas, apenas os bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo, tiveram alta (0,4%). A maior queda foi observada nos bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo (-1,5%).

Entre os bens de consumo, houve queda de 1,3% nos bens duráveis e de 1,1% nos bens semi e não duráveis.

Fonte: Agência Brasil

A capitalização é o grande inimigo a se combater, alerta diretor do Diap

Dia 30 de abril, a Agência Sindical entrevistou Antônio Augusto de Queiroz (Toninho), diretor licenciado do Diap e membro da Queiroz Assessoria, em Brasília. Ele falou durante seminário preparatório da Campanha Salarial dos Engenheiros do Estado de São Paulo.

A entrevista tratou do regime de capitalização previsto na PEC da reforma da Previdência, apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente Bolsonaro. Toninho critica a capitalização, pois ela quebra o padrão de distribuição (repartição) da Previdência Pública e impõe a lógica da acumulação privada.

“O regime de capitalização é o principal inimigo a ser combatido na reforma da Previdência”, orienta o consultor político e sindical.

Leia íntegra da entrevista

Agência - Em sua fala, hoje, no Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, você não recomendou o regime de capitalização da Previdência e advertiu que muitos países já reverteram o modelo e voltam para o sistema público. Como está essa situação no mundo?

Toninho - O regime de capitalização visa substituir o regime de repartição, que é solidário, no qual a atual geração paga a aposentadoria da anterior e a futura geração pagará a aposentadoria da atual. Contribui na perspectiva da distribuição de renda e tem um caráter tripartite: a contribuição do trabalhador, a contribuição do empregador e a contribuição da sociedade através dos impostos arrecadados pelo governo.

É um sistema que injeta dinheiro na economia, faz a economia funcionar e esse dinheiro retorna para o próprio governo, através de impostos, pois a carga tributária incide sobre o consumo; e esse dinheiro das aposentadorias tem natureza alimentar, ele vai direto para o consumo. Isso no regime de repartição.

Na capitalização, não há contribuição do governo e a patronal. E a contribuição do próprio trabalhador é inferior ao que ele paga no regime de repartição. Então, ele vai acumular muito pouco na conta individual que terá na seguradora e isso, certamente, não será suficiente para manter uma velhice com dignidade.

Tanto é que, nos cerca de 40 países que a adotaram, 18 deles já estão revendo esse modelo para colocar um pilar público, porque o que acumula, dos poucos que conseguem acumular, não é suficiente para manter a velhice com dignidade. Um exemplo: se com a contribuição do trabalhador, que no Brasil é de 11% - do empregador que é dobro disso e o governo ainda cobre quando há insuficiência de financiamento - mesmo assim essas aposentadorias não são grande coisa. Imagine num ambiente onde não há contribuição governamental, e patronal e a do próprio trabalhador é menor!

No caso do Chile o nível de cobertura previdenciária de pessoas que estão vinculadas a Previdência caiu assustadoramente. O número de trabalhadores com direito ou condições pra se aposentar caiu muito mais ainda. E a reserva dos que conseguiram se aposentar não é suficiente para a expectativa de sobrevida. Então, a pessoa terá que reduzir ainda mais o valor do benefício. Tanto que a maioria dos aposentados nesses países recebe menos que um salário mínimo de benefício previdenciário, porque não tem poupança, não tem renda suficiente pra acumular mais do que isso.

No caso brasileiro, se a gente adotar o regime de capitalização, vai ser uma tragédia



porque a previdência pública é assistência social e tem caráter solidário, que garante a economia do Interior.

Mais de 70% dos municípios recebem um benefício previdenciário que é maior que sua economia é capaz de gerar. Maior que o Fundo de Participação do Município e maior que a receita própria do município.

Portanto, o idoso e o aposentado naquela localidade assumem a condição de arrimo de família. Ou seja, todos se agregam em torno dele, que movimenta a economia local e impede migração para os grandes centros, onde vão enfrentar uma vida miserável.

Então, sob qualquer ponto de vista que se analise, o regime de capitalização é uma tragédia. E não adianta dizer que é alternativo ou facultativo. Isso é mentira. Quando o FGTS foi adotado, em 1967, também se dizia que era opcional. O trabalhador procurava o emprego e empregador dizia: você tem duas opções pela estabilidade no emprego ou pelo FGTS. Só que eu só estou contratando pelo FGTS. Então, essa opção não é do trabalhador; é do empregador.

O mesmo vale para a capitalização. Se eu sou empregador e vou contratar, por que eu vou empregar alguém pagando o dobro do que ele paga para a Previdência.



Comissão especial da reforma da Previdência reúne-se nesta terça

A comissão especial que vai analisar o mérito da reforma da Previdência na Câmara terá a primeira reunião ordinária nesta terça-feira (7), às 14h30. Segundo cronograma apresentado pelo presidente do colegiado, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), serão realizadas 11 audiências públicas com cerca de 60 convidados para debater o tema.

Segundo Ramos, apesar de haver sugestões para ouvir 130 pessoas, esse número deve ser reduzido. “Não posso usar o argumento de fazer audiência pública e inviabilizar o momento da matéria de ser votada. Vou tentar coordenar para que a gente possa ter mais tempo para discutir as emendas”, afirmou.

O parlamentar disse ainda que os trabalhos no colegiado têm de ser coordenados com a construção de maioria no plenário. “Não adianta votar na comissão sem a garantia no plenário”, disse. Marcelo Ramos quer aprovar a reforma na comissão e entregar o texto para análise do Plenário da Câmara até julho.

Gabinete de inteligência - Para garantir os 308 votos necessários para a aprovação da medida na Câmara, o governo porá à disposição dos deputados, a partir da próxima terça-feira (7), técnicos do Ministério da Economia para tirar dúvidas sobre a proposta.

Segundo a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), esse “gabinete de inteligência” da Previdência será montado em uma sala da liderança do governo no Congresso.

Fonte: Agência Brasil

CDH vai discutir Previdência e trabalho com foco em isenções

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai debater, nesta segunda-feira (6), sobre Previdência e trabalho, com foco na Desvinculação de Receitas da União (DRU), na sonegação e nas isenções fiscais. A audiência faz parte de um ciclo de debates solicitado pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

A DRU é uma ferramenta que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Na prática, possibilita que o governo aplique recursos destinados a áreas como educação, saúde e Previdência Social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário.

Foram convidados para participar da reunião o diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI) Rodrigo Octávio Orair; o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto Queiroz; o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto; o técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Juliano Sander Musse; e o diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), George Alex Lima de Souza. Também devem participar do encontro representantes da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Fonte: Agência Senado



Impacto da reforma entre os idosos é tema de debate

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados discute nesta terça-feira (7) o impacto da reforma da Previdência (PEC 6/19) na população mais velha com o secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho.

A audiência foi sugerida pelos deputados Denis Bezerra (PSB-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Tereza Nelma (PSDB-AL), e Carmen Zanotto (PPS-SC).

No mês passado, especialistas ouvidos pela comissão criticaram a falta de diagnóstico do Executivo para fundamentar a reforma e questionaram a eficácia das mudanças.

O diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Clemente Ganz disse que o diagnóstico que o governo faz para respaldar a reforma é fraco e não possui uma previsão dos impactos econômicos das mudanças. “Qual o efeito de tirar da economia R\$ 1 trilhão? Você está tirando potência da dinâmica econômica. Dimensionar esses efeitos é fundamental”, afirmou.

Participação popular - O evento será transmitido, ao vivo, pela internet e quem quiser poderá enviar perguntas aos convidados.

Fonte: Agência Câmara

MPT faz campanha pela importância da ação sindical

O Ministério Público do Trabalho (MPT) realiza neste mês a campanha do Maio Lilás, para ressaltar a importância da atuação dos sindicatos para o trabalhador. O slogan é "Conheça quem te representa". De acordo com o MPT, de 2012 a 2017 foram celebradas mais de 53 mil convenções coletivas, assegurando direitos.

A escolha da cor deve-se à versão de que era o lilás o tecido confeccionado pelas mulheres que trabalhavam em uma fábrica de Nova York no episódio deu origem ao Dia Internacional da Mulher.

O Ministério Público informou que apenas no ano passado registrou 8.151 denúncias na área de liberdade e organização sindical. Isso levou à abertura de 1.277 procedimentos de mediação, ao ajuizamento de 358 ações e à celebração de 295 termos de ajustamento de conduta (TACs).

Ainda segundo o MPT, citando dados do Dieese, havia em 2018 no país 11.578 sindicatos, 424 federações e 36 confederações de trabalhadores, num total de 46 milhões de trabalhadores.

Fonte: Rede Brasil Atual

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS